

1968 / 2018: A POESIA PRECISA SER COTIDIANA

1968 / 2018 : LA POESIE DOIT ETRE AU QUOTIDIEN

Daniel de Oliveira Gomes*

RESUMO: Se aqui proliferamos o descaso com a nossa própria memória e as nossas maiores necessidades, Maio de 68 foi e continua sendo um tema histórico permanente na filosofia francesa. O presente ensaio busca contrastar a universalidade histórica de maio de 68 na França com a singularidade passageira de maio de 2018 no Brasil, quando caminhoneiros paralisaram devido à crise do combustível. Consideramos contextos ideológicos, intelectuais e políticos para se pensar as dificuldades brasileiras com relação às utopias demagógicas atuais e o problema do poder imunizado fortemente à imaginação e às forças poéticas. Apreendemos “poesia”, aqui, de modo amplo, como um dado de resistência ou uma fonte vital tanto para a experimentação do sujeito ativista quanto para a experimentação aberta e inconfessável da comunidade.

PALAVRAS chave: comunidade; poesia, maio de 68; intelectualidade

RESUME: Si ici nous conservons la négligence de la mémoire et de les besoins plus importants de la nation, Mai 1968 reste toujours un thème historique permanent dans la littérature française post-structuraliste. Cet article recherche à mettre en contraste l'universalité (française) de mai 1968 avec la singularité de mai 2018 au Brésil, lorsque dans la greve des routiers, les camionneurs sont tous été paralysés en raison de la crise de l'essence. Nous considérons les contextes idéologiques, intellectuelles et politiques comme un lieu de réflexion sur toutes nos difficultés face aux utopies démagogiques actuelles et sur le problème du pouvoir tout à fait blindé contre l'imagination et la puissance de la poésie. Nous comprenons bien le concepte de poésie comme une donnée de résistance ou une source de résistance nécessaire à l'expérimentation du sujet militant et en ce qui concerne l'expérimentation ouverte et irréfutable de la communauté.

MOTS-CLÉS: communauté; poésie, mai 1968; intellectualité

* Professor associado do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: setepratas@hotmail.com

Maurice Blanchot dizia que a poesia era cotidiana em Maio de 68. Como poria Zuenir Ventura, um ano que não terminou? Mas essa poesia terminou. Ou, quem sabe, o fogo morreu, foi um ano que terminou em algum ano e não nos demos ainda conta? Estamos tentando sempre reviver este movimento, com o diferencial de que nos transformamos quase sempre em meros sinais de fumaça. Conforme Zuenir Ventura fala em recente entrevista ao programa roda-viva, nossos movimentos continuam a ser uma “retro-utopia”, um retomar, um relembrar, de 68. Pois 68 é lenha para nossas novas fogueiras... Mas a pergunta é, por que então os intelectuais de maio de 68 hoje fazem outro efeito de sentido? Por que o mais das vezes eles parecem uma lenha molhada, ou, ao contrário, tão cheia de combustível que evapora fácil, à espera de uma nova fogueira, um novo objetivo, uma nova especificidade para lutar. Hoje, para entrar na luta, precisamos de um motivo claro, muito claro, e, ainda que seja claro, pode ser um tanto opaco para se lançar, temos que ter um intelectual nos guiando lá na frente, com uma boa retórica para nos representar, é preciso estar sindicalizado, uma fé cega na democracia brasileira, com um discurso coerente para as redes sociais, ter seguidores, uma carteirinha partidária no peito sem a validade vencida, ter pichado “leia Marx” no muro, ou um livro de Marcuse no sovaco e, novamente, um motivo claro, muito claro, porque se estiver errado, não pode mudar a casaca. Em maio de 68, o estudante só precisava de um paralelepípedo nas mãos. Era só utopia. Hoje somos atopia.

Outra questão era a dos intelectuais, o lugar deles naquele movimento. Antes de mais nada, os intelectuais não podiam, naquela França, estar lá se não fosse pelos estudantes, os intelectuais não eram seguidos pelos estudantes, era o contrário, os estudantes eram a vanguarda de uma luta a que os intelectuais franceses aderiram. Estavam lá, não apenas representando os estudantes, mas em meio a eles, em meio aos sonhos dos estudantes, em meio a um poder jovem que nascia sob um maniqueísmo mais claro que nos dias de hoje, um inimigo mais sólido. Sobretudo no Brasil, parece que este maniqueísmo tende a voltar, mas as complexidades do pensamento de que lado estar é que tornam mais opacas as decisões. Estamos num Brasil sem poesia, desapaixonado, imaturo, verde, mas sem juventude, que não pode se comparar àquela França. Uma França de 68 era a das Revoluções comportamentais, próprias do surgimento de uma nova etologia do contemporâneo, onde o contexto no qual orbitava o movimento era a conjuntura onde a descoberta do “poder jovem” se dava. Não diria que hoje este poder jovem se deixou reprimir, diria que há infiltrações estranhas, fissuras, uma carbonização que gera efeitos de fumaça que ainda não nos deixam ver as coisas direito. Movimentos potencialmente intensos, acabam assim que começam. Se antes ficávamos confusos com pelo o que se lutava propriamente, hoje parece que ficamos confusos com quem está lutando a luta, confusos com os lados que os movimentos assumem. É um extremismo muito mais latente em todos os lados. Devemos aderir a isso ou àquilo? Isso é mesmo isso, aquilo é mesmo aquilo? Uma polarização sob uma institucionalidade bem distinta da de maio de 68, (onde, lembra Blanchot, não havia rumos, organização sólida, mas sabíamos quem lutava, embora lutando por uma

comunidade inconfessável. E Maurice Blanchot via a potência popular na desorganização, na própria impotência, na paixão poética dos amantes, na recusa de assumir uma reação social, ou na política pessoalizada, nomeável, confessável. Ao contrário de uma política que luta apenas pela potência e a ordem, em Blanchot, o anônimo e o impessoal teatralizam uma soberania sem lei. A presença sempre ambivalente e desestruturada do povo se dá sempre num movimento incerto, numa luta que aceita “não fazer nada”, ignorando as estruturas que poderiam desestabilizá-lo). Vivemos, quem sabe há pouco, essa possibilidade de conjuntura, esta retro-utopia, com a greve dos caminhoneiros. Mas, por algum motivo, essa efervescência popular no Brasil em favor desta classe, mesmo com a potência da comunidade acéfala, sem líder, sem *nomos*, sem reivindicação plena, não atinge a presença instintiva da não-ação que em 68 se produziu como potência. São caminhoneiros com todo poder nas mãos, o poder de empacar, entupir as veias do país, anarquizar, a parada obrigatória, o poder da presença do povo enquanto paralisia que é mostrar a sua ausência, o poder que pode tudo, que pode obrigar a Lei que o deveria interditar, calar, conformar, obrigar esta lei a se dobrar à negação da comunidade. Exato anticapitalismo. Botar num caminhão de lixo esta arruaça que chamam política, botar num camburão. Mas não alcançamos o êxtase do movimento, porque acabamos aderindo, como povo, a uma comunidade ordeira, que não chega a solicitar a mudança de governo porque talvez não o reconheça como um governo ilegítimo, onde o governante golpista não chega a ser golpeado nunca. Caminhoneiros que acabam apaziguados, engodando o hino nacional ao entoar de alto-falantes um helicóptero militar. É um alto-falante ideológico, oposto àquele combativo que Foucault usou no maio de 68, um alto-falante que não vinha de cima, mas em meio aos estudantes, como um poder representativo sem pátria, sem hierarquia, comunidade confessável e universalizador. E, por falar nisso, a gasolina já subiu de novo. Não é possível sabotar nada enquanto crê-se na comunidade salvática e suas obsessões simbólicas, isso já dizia Blanchot em *Comunidade Inconfessável*.

A poesia precisa ser cotidiana, é preciso ter combustível para a poesia, para um movimento ser como o de maio de 68. “Ausência de reação”, esta foi uma atitude simbólica que os filósofos franceses tomaram de Nietzsche. Agonismo poético nietzschiano, na verdade, lida pelos intelectuais franceses, e que nos deixaram como legado nos anos 70. É preciso uma estética superpoderosa onde a desestrutura apareça de fato, ignorando o poder que poderia desestabilizá-la. Mas, quando a rebeldia é apagada com cinzas nacionalistas, ela vira quimera poética, perde a utopia, perde a poesia. E esta poesia de 68 em que nos inspiraríamos não é a de se pintar a cara, é uma poesia da luta, uma poesia que quase ocorre, quase tem ocorrido, por aqui, mas, diante das bombas, das dificuldades, acabamos negociando, recuando, esperando ver no que vai dar. Não se trata de fazer balbúrdia, se trata de uma presença popular que seja impulsiva, realmente impulsiva, presença inocente de uma fraternidade que negligencie a autoridade pelo viés de certa presença em suspensão do inimigo.

Hoje, sabemos quem são os inimigos que vendem a pátria, o que fazem, o que querem, mas estamos polarizados entre uma esquerda caviar que ouve Chico Buarque *versus* reacionarismo sapatênis que aprecia Lobão. Quando FHC, sociólogo que se diz um dos expectadores de maio de 68, e que se gaba por ter dado aula para líderes do movimento em Nanterre, foi agenciador estratégico de um processo complexo do nosso país, não sabíamos direito o que aquele senhor fazia lá em cima. Hoje todos sabem qual era o projeto em causa, em nada poético. Quando Dilma, que em 68 era localizada pelo Serviço Nacional de Informações, se reelegeu, sabíamos quem fora a ex-guerrilheira, não entendíamos quem de fato era aquele vice meio vampiresco. Se era de se “temer” ou não. Hoje sabemos, e como sabemos. Sabemos quem nos governa. Aqui no Paraná é o mesmo. Um belo dia, eles chegam, um deles se diz pão duro e, portanto, possui inúmeros projetos de privatização para economizar dinheiro. Paga-se um linha dura pra comandar a Segurança Pública do Paraná e disponibiliza-se a ela toda verba possível. Sob protestos, os políticos comprados acabam num camburão. Você, professor, que jamais se vendeu, é recebido como se fosse um arruaceiro desajustado. Porrada, cassetetes, gás lacrimogêneo. Na entrevista, o governador justifica que era um exército de *black-blocs* com barras de ferro contra alguns policiais “do bem”. Para provar, há quem tenha registrado uns PMs com canetinha bic vermelha e batom simulando sangue na farda, outros se recusam a bater em inocentes e são exonerados imediatamente. E assim acaba nosso pequeno maio de 68 no Paraná. Você volta pra casa ferido e perdido, com a esperança que os ventos da história não apaguem tão rápido esta luta. Mas preservar a memória é o grande desafio por aqui. Hoje, caímos nessa impossibilidade de ir ao reconhecimento ético, ao “extremo do ser”, como poria Blanchot, girando sobre aqueles tempos dos anos 60 e 70. O que Hobsbawm chamaria a “era dos extremos”. Hoje, sob a era dos fenômenos extremos, como poria Baudrillard - outro intelectual que ganhou visibilidade em maio de 68, ano em que publicou seu primeiro livro “O Sistema dos Objetos” - falta-nos algo, algo que 68 tinha em abundância. Falta-nos algo que não sabemos mais enunciar para distinguir pelo que lutamos, para tornar histórica a expressão de nosso contra-poder. É que talvez seja a luta contra governos, governabilidades, versões de governabilidades, versões de versões, variantes de versões. E 68, como força de instabilidade, era diferente. Segundo o escritor mexicano Carlos Fuentes, a revolução de 68 era uma insurreição não contra um governo em si, mas contra o futuro determinado pela prática da sociedade industrial contemporânea atuada pela juventude. E, muito bem apontado, uma juventude desenvolvida, de uma nação desenvolvida.

O que é a expressão do poder jovem em 68 que torna histórica e famosa a experiência, e não apenas uma luta a mais? Não é exatamente a busca ideológica de um fim de governo, a instauração do comunismo como regime; a instauração de uma possibilidade de consumo para certas classes, numa sociedade de consumo. É a questão de não se consumir nada. Anti-consumo significa anti-capitalismo. Votar pelo socialismo revolucionário era ter um paralelepípedo como cédula (leia-se também como cédula de dinheiro). Como uma das frases que se lia

nos muros da Sorbonne que dizia “A sociedade de consumo deve morrer uma morte violenta. A sociedade alienada deve desaparecer da história. A imaginação tomou conta do poder”.

A grande questão de 68 é uma questão poética, de imaginação empoderada, como punha Sartre, de aderência entre socialismo e liberdade, qual seja, de uma resistência que imagina, uma imaginação que toma o poder. Mas isso não significa também aderir apenas à visão paz e amor dos hippies, é sim uma luta de antireacionarismo, de anticonservadorismo, uma luta generalizada contra o autoritarismo que cessa toda liberdade... não interessa a ideologia... é quando os jovens, os alunos, os professores, todos, não aguentam mais engolir o poder, seja ele qual for, e querem outra coisa que não está definida como conformidade. Qual seja, como comunidade. Uma comunidade inconfessável. (O problema é quando, no Brasil, hoje, se tenta lutar contra o reacionarismo sendo-se, muitas vezes, mais reacionário ainda. Se tenta lutar contra a direita sendo extrema-direita. Se tenta lutar contra a esquerda sendo extrema-esquerda. Não se pode lutar revolucionariamente contra a comunidade sendo extremamente comunitário...) As revoltas atuais não partem da juventude: chegam à juventude permeadas por outras ideologias, por outros dispositivos de poderes, partidos, discursos, bandeiras. Veja-se que 68 não tinha uma bandeira específica, ele aconteceu, aquele maio, depois as bandeiras vieram. Como poria Edgar Morin, Maio de 68 ensinou que o subsolo da comunidade está minado, e foi, de fato, a única revolta estudantil que, se deflagrando em cadeia, atingiu, primeiramente, a juventude, toda a juventude, e depois a sociedade, as instituições, os sindicatos, os intelectuais... 68 foi uma revolta dignamente clandestina, dignamente marginal, dignamente surpreendente, porque jovem. Mas isto já que havia um contexto específico.¹

Em Foucault, o sujeito ativista está como suporte e efeito do combate. O bisturi estranho que recorta e, ao mesmo tempo, instala-se no *corpus*. Foucault se desprendia de estatutos e campos hegemônicos, era a sua juventude, sua ousadia poética, sua transversalidade terrível. O diagnosticador está circulando, não se limita a um *topos* fixo. Seus enunciados decupados

¹ Voltemos ao contexto dos anos sessenta. A Primavera de Praga, os feminismos (com a invenção da pílula anticoncepcional a título de exemplo), a influência da esquerda revolucionária cubana (a efigie de “Che”), a problemática da segregação racial americana que contava com duas perspectivas, os panteras negras e/ou Luther King, os movimentos homossexuais e movimentos ambientalistas, a guerra do Vietnã (Woodstock, guitarra, Jimi Hendrix). A descoberta disto que hoje conhecemos como “pensamento jovem”. Os “movimentos de estudantes” ou “movimento estudantil”, ainda em suas incipiências subversivas (deve ser organizado, deve ser rebelde? deve ser revolucionário, armado, deve ser ordeiro? Tudo isso era uma interrogação). No Brasil, vivíamos o pleno regime militar, em 68. Tivemos a organização pelo movimento estudantil, (onde estavam Gabeira, Wladimir Palmeira, Clarice Lispector, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gil) a passeata dos 100 mil, que foi deflagrada após o assassinato do secundarista Edson de Lima, por um comandante da PM. 68 é também o ano da promulgação do AI5, ato institucional número 5, emitido por Artur da Costa e Silva, onde a censura passou a fortalecer sua reprimenda. Logo, notamos que Maio de 68 liga-se a todo imaginário de uma época. Este movimento mudou a cabeça de intelectuais antenados na França e fora dela. Após maio de 68, Michel Foucault começa com uma prática de discursos de intervenções que, de certo modo, rivaliza com sua postura diagnosticadora, discursos paralelos à lógica de sua obra propriamente dita - se bem que estas intervenções estivessem também, não raro, circunscritas nesta mesma obra. Como diz o clássico artigo de François Dosse, no segundo volume de “História do Estruturalismo”, naquela efervescência dos anos 70, ele vai reatar “com a figura de que se desligara, a do intelectual global que se arvora em defensor dos valores da democracia. Essa evolução permitirá a reunião das duas figuras até então antitéticas em seus respectivos engajamentos, as figuras de Sartre e Foucault.”

também revelavam sua transversalidade, ou, como dirá Artières, “à maneira de um anatomopatologista com os cadáveres, ele corta os tecidos políticos e avança”. (ARTIÈRES, 2004, p. 30). Se o comparamos a Sartre, à postura de Sartre, na relação com o Grupo de Informação sobre as Prisões, veremos que tiveram posições distintas como pensadores sobre as revoltas penitenciárias da França. Eu diria que Foucault foi mais agonista, sob uma inspiração mais poética-nietzscheana, etopoiética, vislumbrando uma postura menos representativa como intelectual, envolvendo-se mais fisicamente, ao propor uma inscrição de engajamento que se pautava numa *pratique de soi*, ou na própria experiência. Uma descoberta de sua própria experiência intelectual na dimensão do outro, do dito menor, do dito anormal, marginal, não o iluminando totalmente, mas dando a ele as condições de sua centralidade.²

Estamos numa era de potencialização do anti-rizoma, do não-estético, do objetivismo, do neopragmatismo político, da caça aos pecadores. Assim como o conservadorismo místico, pelo viés dos pastores evangélicos, ingressou no âmbito político, também está ingressando camufladamente no mundo intelectual, através dos ministros pragmáticos, anti-teoristas. Ainda penso crer na releitura de um Foucault que não é tradicionalista, metafísico, que deixou um legado às ovelhas negras, embora devorado, consumido, pelas brancas. Mas, como poria Daniel Lins, o rizoma, estando em perpétuo devir, “a escrita rizomática é orfã, inclusive, do pecado”. Diria que é uma conjuntura onde surge o leitor crítico de Foucault (mas não de Deleuze?) que sequer leu “Olvidar Foucault”, de Jean Baudrillard. Gente que não opera uma crítica anticônica, simplesmente ignora o autor, talvez porque é francês, e com ele, esquece que está também a negar seus agenciamentos, seus nódulos com todo o pós-estruturalismo, ignoram décadas de escrituras que vão de Blanchot a Agamben, leitor que, o mais das vezes, não conseguiu, eis

² Na tarefa de um “diagnosticador do presente”, Foucault buscou olhar a si mesmo desconjuntado do seu tempo. Foucault quis frustrar a memória conservando-a, quis buscar uma metodologia em que se revelasse a exterioridade que já se expunha, e nisso, como por exemplo, o conceito de arqueologia, de resgate do passado em função do agora, de escavar verdades cujo sentido estivesse realmente por vir e não no subsolo do já-dado, no subsolo da memória. Ensinou-nos uma posição poética de militante, pautada em 68, como espontaneidade. Quem sabe aquilo que Alfredo Veiga-Neto punha como a lição de uma “fidelidade infiel” com relação a ele mesmo. Foucault, em perigo constante, em zona de perigo interpretativo, será exatamente um autor “rizomático”, no sentido deleuzeano? Por que precisaria ser? Hoje em dia, uma “risível zona”, “risívelzoma” (para aqui aludir sonoramente “rizoma”), tem sido puxado por interpretações de ultradireita, por delineamentos que buscam usá-lo e não o ouvir, casá-lo com propósitos estranhos, parasitas. Por outro lado, opiniões abundam de “ex-foucaultianos” (interessante, não tenho visto por aí ex-deleuzeanos, por exemplo), professores universitários, militantes, teóricos, marxistas, que liam Foucault, mas viram que ele “não dá mais conta das questões do presente”. Mas então Foucault está mesmo morto, o autor morreu, e aquele que com Barthes afirmou que morreria, morreu, e, como poria o Beckett, já morto, que importa quem fala? As questões de hoje seriam de uma ênfase ou de um calibre totalmente oposto às de Foucault nos anos 70? Vivemos então outro “estágio sociológico”, precisamos de autores mais pós-modernos, mais pós utópicos. Ou seriam mais utópicos? Precisamos voltar antes da era dos foucaultras, dos foucaulmaníacos, dos foucaulfanáticos, como se suas obras tivessem sido uma espécie de beatlemania que insiste em renascer sempre a cada nova geração de apreciadores fora do tempo, fora do espaço. Um modismo ultrapassado. Não acredito neste tipo de opiniões pasteurizadas contra o trabalho de Foucault. Às vezes fico pensando se não se trata de uma onda de neoconservadores e moralistas censurando a leitura de “Vigiar e Punir” ou “A microfísica do poder”; grupos de leitura de Olavo de Carvalho abundando, o conservadorismo de Pondé louvado em universidades... Terá sido por “modismo” ou “ vaidade” que Foucault lutou em maio de 68 ou trabalhou o tema do poder de modo tão imprevisível? Defendeu loucos, estudantes e marginais, foi contra a postura do intelectual de gabinete, contra a opressão macro e microfísica?

a verdade, perceber Foucault no agora e foi para um caminho mais cômodo. Ele, o anti-leitor de Foucault assim digamos, não é hoje exatamente gente crítica que, como Baudrillard, queira esquecer Foucault, mas um leitor-não-leitor que sequer se permite dar alguma importância de vir a lembrá-lo, atualizá-lo, contemporaneizá-lo, lê-lo que fosse em função de questões abertas à agoridade. Lê-lo para não o entender, para abandonar o ininteligível, o estranho. Porque andar com Foucault e Deleuze é, embora possa parecer mesmo um modismo abjeto nas Universidades, repito, uma possibilidade ainda de andar em zona de perigo, mas muita gente passa a evitar certos autores porque acha que essa alfaiataria passou, acha que a moda voltou, acha que é muito rizomático, ou, ao contrário, acha que não é em nada rizomático³.

A palavra resistência é uma palavra chave na dinâmica do poder, para Foucault, porque, sem a noção de resistência, temos passiva obediência a um poder instaurado, a um sistema préconformado (reconfirmado). Porém, resistência não é apenas dizer não, negar, uma força antiproducente, negativa, arrogante, mas sim dizer sim por vezes, uma força poética, criativa, produtiva, resistência como uma forma de contrapoder, uma forma não apenas contraproducente, mas uma potência criativa.

Tais relações de força particulares têm insurgido como uma rede cada vez mais visível, no Brasil, a título de exemplo, desde o governo interino, de modo que devemos discorrer a respeito da questão do comprometimento da soberania do Estado brasileiro hoje, a serviço de interesses por vezes mais econômicos e prestativos às oligarquias reacionárias do que aos zelos populares (saúde, educação, cultura, aposentadoria, etc...) e com relação ao futuro real da juventude neste panorama. Haja vista as relações de força paradoxais que têm se rebelado repentinamente contra os desejos reformistas dos nossos governantes, que são rebatidas com descaso ou, ao pior ainda, com ferina violência. Para sustentar a demagogia do reformismo, botam-se os mecanismos ideológicos, midiáticos, repressores, policiais, etc., para laborar como sempre em prol do chamado “bem comum”, quando este parece ser tão-somente uma vontade vinda de uma direção gerencial, onde o grosso da maioria não se encontra. Vivemos a volubilidade da política - ela não mais está na condição de força inimiga ou amiga, como na época dos anos setenta de Belchior (em que havia possibilidade de mobilização intensa, tal como os versos do compositor na canção “Não Leve Flores”, diziam “o inimigo já conheço”) e

³ Meras desculpas, às vezes apenas para legitimar o “não-ouvir” Foucault. Já ouvi dizerem que o professor brasileiro, em geral, é pouco militante porque tem pouca “cultura” comparado ao europeu. E já recebi vídeos “revolucionários” onde se sustenta que há um periclitante figurinismo francês crescente na academia brasileira, supondo que o intelectual latinoamericano deveria jogar no lixo livros impressos na França. Pra mim, cultura não se tem pouca ou muita, e sim são formas de cultura diferentes, aqui e ali. A cultura, ou o insurgir-se contra ela, assim como a história, a própria sociologia, pode ser uma prática de verdade que tem fins de controle e de diferenciações de classe. Um professor sustentar ódio e frustrações contra a cultura popular pode ser tão inadmissível quanto odiar cânones culturais específicos, e vice-versa. Neste caso, apenas farão seus alunos desistirem de ler Foucault ou Sartre por exemplo. Um professor precisa estimular seus alunos sempre. Acredito que, se lemos Foucault de um modo não meramente comemorativo, mas relendo-o em prol de uma retomada arqueogenealógica constante, como se seus livros estivessem sempre abertos, rizomaticamente pré-dispostos a novos agenciamentos, conexões outras, mesmo ao preço de subverter velhas superfícies ou noções cabais, estamos a operar resistência.

dos movimentos estudantis de 68, por exemplo, que mobilizaram intelectualmente Foucault e Blanchot, situações que iam oprimindo o presente e o futuro do jovem claramente. E, claro está, ela está diversamente colocada, por exemplo, ao histórico movimento nacional das “Diretas Já”, ocorrido no início da década de oitenta, no Brasil. Ela está, ao contrário de um movimento que agregaria várias esferas de liderança, já na condição de emergência de situações aparentes de autoridade que, no fundo, omitem a degenerescência extrema do próprio Estado. (Quando, como foi noticiado amplamente, um líder de Estado, que muito temos a “temer”, acaba de chegar à reunião de cúpula do G20, apregoando aos jornalistas que “a crise econômica no Brasil não existe”, quando, por sua vez, o IBGE anuncia que o Brasil tem 13,8 milhões de desempregados, uma vez mais esta degenerescência nitidamente aparece). A opressão ideológica é macro e micropolítica, é ante e pós-política. Mas, pensando tal como poria, desde longe, a jovem poeta contemporânea Golgona Anghel, cada qual busca, nesta multidão de esquinas a se alocar, sua maneira peculiar de felicidade institucionalizada, sua mitificação pessoal, onde elas, “as esquinas”, como esta metáfora do lugar marginal onde se cruzam dois lados (Belchior dizia que “há perigo na esquina”), são hoje supostos lugares de reorganização catártica e não mais de desordem ou luta.

Não é mais possível omitir a chama decompositora desse sistema rude. Um sistema que nos fossiliza a cada esquina, sobretudo em 2018. A recente destruição simbólica do fóssil de Luzia, de 11 mil anos, é o emblema de que, aqui, a Memória se destrói e se fossiliza constantemente a luta, a cultura e a inspiração. O desmonte do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, desde 2004, como alertou há pouco a revista Carta Capital, museu que acabou recentemente incendiado, é o exemplo máximo da “anti-arqueologia”, dos efeitos desse sistema rude. A (re)ação se mumificou nesse país. Aparentemente, no Brasil, temos visto um sistema rude atuar pelo descaso com a Memória. Mas também violentamente em manifestações populares, bancando-se como culminâncias menos graves, como casos isolados de violência policial em um pretense “país sob controle”, qual o caso de desmesurada violência ocorrida em Goiás contra o estudante de Ciências Sociais, Matheus Ferreira, levado à UTI após ter o rosto desfigurado com um golpe de cassetete de um capitão da polícia. Ou, como nos casos de agressão súbita às manifestações de professores no Paraná. Pode ser que se diga que isso nada tem a ver com um problema precisamente nacional, que a nação sofre as sequelas de novas relações emblemáticas em tempos de globalização, como em muitos outros lugares, que o personalismo cresce ao passo que estamos a acostumar-nos com a violência inesperada a cada esquina. Mas, obviamente, a questão que levanto é mais complexa, porque tem a ver com o fim da própria comunidade, o fim da memória e a falta do social⁴. Está-se destruindo a felicidade de futuro para os jovens.

⁴ Como a poesia de Golgona Anghel diria sobre o problema subjetivo da comunidade (a felicidade social que se compra): “Um dia vou adoptar uma menina órfã de Afeganistão./Estou apenas à espera que os americanos/Parem com os bombardeamentos em cabul./Até lá, compro todos os anos/Um postal humanitário da Unicef/A distância de um click, vocês também podem ser sócios do/Grupo de Apoio às vítimas da malária./Só me falta agora pagar/Um crédito de 300.000,00 euros para ser feliz”. (ANGHEL, 2011, p.65).

Estar à distância de um click da possibilidade de fazer parte da felicidade da comunidade significa, em verdade, a conclusão cabal da própria comunidade. A comunidade se virtualiza e o sentido de débito se redobra. A falta do social das massas, como poria Baudrillard. Quando, em “A Comunidade Inconfessável”, Maurice Blanchot dizia que a poesia era cotidiana em maio de 68, o filósofo se referia a uma das primeiras injunções populares espontâneas que afetavam efetivamente vários setores do Estado francês; ele se referia a uma situação caótica onde o que estava em questão não era uma organização para a tomada do poder, exatamente como pretendia o socialismo combatente, mas a criação de espaços de uma explosiva presença inocente da fraternidade, uma emoção idealista coletiva como força plural que negligenciava toda e qualquer autoridade, e assim negligenciava revolucionariamente a própria comunidade, pelo viés de uma intrigante utopia não-ideológica, sem líderes, guias, condutores, mas com uma multiplicidade de objetivos e alvos. De algum modo, Blanchot, em “A Comunidade Inconfessável” (recentemente traduzida ao português pelo professor Eclair Almeida Filho, da UNB), já demonstrava a problemática da comunidade enquanto paradoxo, da militância esquerdista enquanto ambivalência, da morte das obsessões simbólicas da comunidade, com isso profetizava também o fim do poder representativo, o fim do Estado, que apenas mais tarde Baudrillard porá como “fim do social e surgimento das massas”. E o pensador francês dizia isto ao reafirmar constantemente que a comunidade inscreve sucessivamente, de alguma maneira, a impossibilidade da própria comunidade. (BLANCHOT, 1983, p. 23).

Onde anda o tipo afoito
Que em 1-9-6-8
Queria tomar o poder?
Hoje, rei da vaselina,
Correu de carrão pra China,
Só toma mesmo aspirina
E já não quer nem saber.

Flower power! Que conquista!
Mas eis que chegou o florista
Cobrou a conta e sumiu
Amor, coisa de amadores
Vou seguir-te aonde f(l)ores!
Vamos lá, ex-sonhadores,
À mamãe que nos pariu!

Oh! L'age d'or de ma jeunesse!
 Rimbaud, «par délicatesse
 J'ai perdu (também!) ma vie!»
 (Se há vida neste buraco
 Tropical, que enche o saco
 Ao ser tão vil, tão servil!)

E então? Vencemos o crime?
 Já ninguém mais nos oprime
 Pastores, pais, lei e algoz?
 Que bom voltar pra família!
 Viver a vidinha à pilha!
 Yuppies sabor baunilha
 Era uma vez todos nós!

Dancei no pó dessa estrada...
 Mas viva a rapaziada
 Que berrava: “Amor e Paz!”
 Perdão, que perdi o pique...
 Mas se a vida é um piquenique
 Basta o herói de butique
 Dos chiques profissionais.

I have a dream... My dream is over!
 (Guerrilla de latin lover!)
 Mire-se o dólar que faz sol
 Esplim, susexo e poder,
 Vim de banda e podes crer:
 “Muito jovem pra morrer
 E velho pro rock ‘n’ roll! (BELCHIOR, Os Profissionais)

Quem sabe, falte-nos uma ação de combate, como a de 68, não por nos faltar exatamente humanitarismo, o fogo da luta, ou pelo que lutar, objetivamente. Temos motivos de sobra. Lenha de sobra. Mas porque, quem sabe, diante de tantos motivos, nos falte poesia. E poesia, nesse sentido, significa olhar de outro modo a política, não apenas fazendo contra-política. Aquela poesia que dava lugar ao tipo afoito de 68. Esta presença inocente do sonho

(a comunidade, o êxtase, a experimentação política) de 68, deveria ser o lugar da esquina (do confronto, do cruzamento). O que podemos entender como “esquina” hoje, trata-se, entretanto, de um lugar sem sonhos, por um lado meramente protocolar, por outro, repleto das mesmas violências de um estado nacionalista de exceção, que acastelava suas próprias utopias. Não há mais lugar para o “tipo afoito” de 68... É um estado de excesso(s). A utopia deu vez, nas sequelas da globalização, às atopias do presente. Um espaço onde se ilude que “o sinal está aberto para nós”, tomando o oposto do que diria Belchior- e se o sinal simula-se como aberto para a comunidade é em razão de que se pode comprar, inversamente aos tipos afoitos, o seu humanitarismo pessoal (a felicidade comunitária aí à venda, poria Anghel), podemos comprar nossa parte do sonho da comunidade ordeira.

Faltou a poesia ser cotidiana. Se, para finalizar, perscrutamos porque a revolta dos caminhoneiros que ameaçou o governo de Temer em maio de 2018 foi tão facilmente apaziguada com um acordo, diria que é menos porque os caminhoneiros não soubessem de sua capacidade de anarquizar, seu contrapoder cada vez mais capaz de demonstrar a ausência do Estado, a negligência com as massas. Ao contrário, eles notaram de modo crescente essa força e o apoio coletivo a um direito legítimo que era o de fazer greve. Mas a greve foi especial, pois representava muito mais que as demandas de uma categoria, ela representava uma problemática da comunidade em crise no país que estourou nessa classe, por ser um dos elos mais fracos da corrente. A greve, como ausência em sua potência sem limite, foi “a presença do povo” (BLANCHOT, p. 46), porque demonstrou a desorganização na própria impotência, na recusa de assumir uma reação social, uma política pessoalizada, nomeável. Uma soberania sem lei, diria Blanchot, esteve em causa... Um silêncio total nas longas filas de automóveis. Uma recusa em se ocupar o poder, uma desorganização plena, um “não fazer nada” como ação. Uma cumplicidade instintiva, quase uma recusa de se assumir qualquer poder, uma desconfiança absoluta no lugar de poder, no silêncio da multidão em solidariedade e camaradagem a uma classe explorada em greve, muito mais que uma simples greve com uma pauta de reivindicações: o poder em crise, na greve dos caminhoneiros, uma manifestação espontânea da fantasmática do poder. Como articularia Blanchot: “(...) desconfiança absoluta em se confundir com um poder qual ela se delegaria, portanto em sua *declaração de impotência*” (BLANCHOT, Id. Ibid.). Um exemplo foi a falha (ou trama) do governo em negociar, em certo momento, com um grupo restrito no Planalto em nome dos caminhoneiros, mas que de fato não representava os interesses da maioria da classe, e logo surgiram declarações de entidades de caminhoneiros de que aqueles negociadores não eram legitimados. Um erro crasso. Um governo considerado ilegítimo negociando com negociadores considerados ilegítimos.

No entanto, o mais patético foi a total desestabilização do governo, demonstrada pelo conjunto de falhas nessa greve que, em vão, não conseguiu, por exemplo, salvar uma queda expressiva nas ações da Petrobras. Ainda a revolta continua mostrando que as negociações apenas puseram panos quentes no assunto. Mas, se havia esse caráter da desordem acéfala

na greve dos caminhoneiros, o que faltou, então, para uma comparação mais sólida com 68? Não foi mais intensidade combatente (contra a cotação do diesel), mas sim uma intensidade mais fissurada, sem fé, que não fosse capaz de possibilitar negociar, como em 68, por conta de uma dimensão maior de reivindicações, acredito. Não se trata apenas de uma crise de taxas num governo impopular, com medidas impopulares, se trata de uma crise na comunidade de um governo considerado sem licitude, sem legalidade.

Um governo, por sua vez, distinto do atual governo bolsonarista que, ao contrário, foi eleito sob promessas messiânicas de reequilíbrios fiscais, exploração em maior escala de produtos brutos, e descrenças no estado. Continuamos com agendas atrasadas, sem qualificação produtiva e inovações institucionais, em um projeto leiloeiro que se encontra optado porque, de súbito, estávamos submergidos em um lodaçal de incredulidade na própria política; foi genuinamente eleito, distinto de Temer, mas na mesma velha dialética brasileira do poder político franqueado pelo poder econômico, poder este que convenceu a muitos desses mesmos caminhoneiros, parte de um rebanho maior, capturados nas teias de um dogmatismo venenoso que suplanta hoje o crédito político no estado. Dogmatismo venenoso que conseguiu evangelizar a crença de que o setor público é o único elefante branco da economia brasileira, num paradigma ultraliberal ainda mais radical que o dos governos anteriores. Acredito que a greve marcou um interstício entre um projeto de esquerda baseado no “nacional consumismo” (como abancaria a filosofia mangabeiriana) que tentou um conjunto de compensações, regulagens e reequilíbrios (ainda num modelo de ação baseada na exploração de *commodities*, artigos brutos) e, depois, o que se sucedeu, após Temer: um projeto que cede à desnacionalização da soberania estatal para convidar, a todo preço, a fúria fiscal de especuladores estrangeiros.

Por isso, no limite do limite, necessitaríamos pensar que faltou “algo” para a negativa explícita da comunidade em forma de potência. E digo desse algo que foi a própria comunidade. (Terá havido ainda uma crença no *Nomos*, na Lei, na comunidade?). Uma crença que artificializou o movimento e que não o deixou alcançar seu êxtase? Faltou mais “comunidade inconfessável”, faltou juventude? Faltou dançar no pó dessa estrada? Faltou combustível para uma poesia impulsiva capaz de propor uma mais longa presença popular pela ausência, como em outro maio, o francês⁵. E que foi, aliás, o que se conseguiu por um pequeno período de tempo, uma semelhança poética com maio de 68.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 2001.

⁵ Uma espécie de repetição que vemos nas atuais greves francesas, cada vez mais amplas, que têm afetado serviços como o de transporte; greves contra as reformas das aposentadorias de Emmanuel Macron (eleito quando se mostrava progressista e de centro, à opinião pública).

- ANGHEL, G. **Vim porque me pagavam**. Lisboa: Mariposa Azul, 2011.
- ARTIÈRES, P. Dizer a Atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, F. (org.). **Foucault**, a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial: 2004.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BAUDRILLARD, J. **Olvidar a Foucault**. 3 ed. Trad. de José Vázquez, Valencia: Pre-Textos, 2001.
- BAUDRILLARD, J. **À Sombra das Maiorias Silenciosas**. O fim do social e o surgimento das massas. 4. ed. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLANCHOT, M. **A conversa infinita**: A palavra plural. Tradução de Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Escuta, 2001.
- BLANCHOT, M. **La Communauté Inavouable**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- CHAVALIER, P. **Michel Foucault**. Le pouvoir et la bataille. Nantes: Éditions Pleins Feux, 2004.
- DOSSE, F. Michel Foucault: do biopoder à estética de si. In: DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru: EDUSC, 2007. V. II
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. V. 1
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DUARTE, A. Biopolítica e Resistência. O Legado de Michel Foucault. In: RAGO, M., VEIGANETO, A (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud e Marx. In: NIETZSCHE. **Cahiers de Royaumont Philosophie**. Paris: 1968.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, D. de O. Baudrillard versus Foucault: Revolvendo concepções quanto à noção de poder na literatura foucaultiana. In: **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 2, n. 1, janeiro-junho 2016 © 2016 by RDL – doi: 10.21119/anamps.21.69-95 69. Disponível em: <http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/viewFile/78/pdf>
- GOMES, D. de O. **Dissonâncias de Foucault**. São Paulo: Lumme, 2012.
- LINS, D. A escrita Rizomática”. In: **Territórios de Filosofia**. Julho, 2014. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/07/18/a-escrita-rizomatica-daniel-lins/>
- LAGASNERIE, G. de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MORIN, E. **Amor, poesia, sabedoria**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOKADDEM, S. **Foucault, une vie philosophique**. Paris: Théétète Editions, 2004.

NIETZSCHE, F. **La Gaya Ciência**. Madrid: Libsa, 2000.

QUEIROZ, A. O lugar da recusa: Baudrillard & Foucault (está fora de causa acabar bem...). *In*: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault**. Transversais entre educação, filosofia e história. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RAGO, M. **Foucault, História e Anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

REVEL, J. Pensamento Vertical. Uma ética da problematização. *In*: GROS, F. (org.). **Foucault**. A coragem da verdade. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

VENTURA, Z. **1968**. O ano que não terminou. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Recebido para publicação em 25 nov. 2018.

Aceito para publicação em 14 maio 2019.